

30 Anos de Adesão de Portugal

O Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, assinalou na abertura da sessão plenária o **30º aniversário da assinatura dos tratados de adesão de Portugal** e Espanha à União Europeia (na altura Comunidade Económica Europeia), que se celebra na sexta-feira, dia 12 de junho.

ver pág. 3

Corrupção na FIFA

O Parlamento Europeu pediu à FIFA que escolha sem demora um presidente interino em substituição de Joseph Blatter e que leve a cabo reformas urgentes para **acabar com a corrupção "generalizada e sistémica" no órgão dirigente do futebol mundial**. A atribuição da realização dos campeonatos mundiais de 2018 e 2022 deve ser invalidada se surgirem provas de que essa atribuição resultou de atividades corruptas.

ver pág. 6

Adiado Voto TTIP

O Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, decidiu **adiar a votação do relatório** que contém recomendações à Comissão sobre as negociações em curso com os Estados Unidos sobre a **Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)**, que estava agendada para amanhã.

ver pág. 3

em destaque:

PE condena Moscovo

O Parlamento Europeu condenou a lista negra que proíbe o acesso de políticos europeus ao território russo, considerando tratar-se de uma medida arbitrária e de um ato contraproducente e prejudicial aos já reduzidos canais de comunicação entre a UE e a Rússia. Num relatório aprovado em plenário, os eurodeputados dizem que a assistência financeira da Rússia a partidos políticos da UE deve ser monitorizada e que devem ser atribuídos fundos a projetos que visem fazer face à propaganda russa.

"Neste momento, devido às suas ações na Crimeia e no leste da Ucrânia, a Rússia não pode mais ser tratada como, ou considerada, um parceiro estratégico", diz o Parlamento Europeu (PE) num relatório sobre o estado das relações UE-Rússia, aprovado por 494 votos a favor, 135 contra e 69 abstenções.

Os eurodeputados pedem à UE que faça uma *"reavaliação crítica das suas relações com a Rússia"*, fortemente prejudicadas com a **anexação ilegal da Crimeia** e a desestabilização política dos seus vizinhos europeus, que constituem *"uma violação deliberada dos princípios democráticos, dos valores fundamentais e do direito internacional"*.

Carlos Coelho afirmou: *"apoio as sanções aplicadas à Rússia e considero que a UE deve manter a pressão em torno dos valores da Paz e da protecção dos Direitos Humanos e Liberdades essenciais"*

Ana Gomes disse: *"não queremos a guerra. Estamos e sempre estivemos abertos a dialogar e cooperar com Moscovo, apesar das listas negras de políticos europeus. Por isso, temos de aplicar sanções económicas, financeiras e outras, por muitos interesses económicos e outros que sejam afetados"*

ver pág. 4

Índice

Presidente do Parlamento Europeu assinala 30º aniversário da assinatura dos tratados de adesão de Portugal e Espanha à UE.....	3
Acordo comercial UE-EUA: Parlamento Europeu adia votação do relatório sobre o TTIP.....	3
Rússia: Parlamento Europeu condena lista negra e apela a plano de contingência face a Moscovo.....	4
FIFA: Atribuição dos mundiais de futebol de 2018 e 2022 deve ser invalidada se se provar corrupção, diz Parlamento Europeu.....	6
Ordem do dia da Sessão.....	9

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

Serviço de Imprensa do PE

Serviço de Imprensa do GEPSD

site www.carloscoelho.eu

Presidente do Parlamento Europeu assinala 30º aniversário da assinatura dos tratados de adesão de Portugal e Espanha à UE

O Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, assinalou na abertura da sessão plenária o 30º aniversário da assinatura dos tratados de adesão de Portugal e Espanha à União Europeia (na altura Comunidade Económica Europeia), que se celebra na sexta-feira, dia 12 de junho.

A adesão de Portugal e Espanha à então CEE *"foi um passo importante para as duas nações que estiveram sob ditaduras durante décadas"*, disse Martin Schulz.

"Nem todas as promessas e desejos se cumpriram, mas as democracias destes países estabilizaram", disse o presidente do Parlamento Europeu, destacando sobretudo os avanços no mercado interno e na união económica e monetária e o contributo da União para a estabilidade.

"Temos de continuar a zelar para cumprir as promessas (...) e para que as sequelas da crise sejam o menos duras possível para aqueles que mais se sacrificaram nestes dois países (...)". Deve haver bem-estar para muitos e não riqueza para poucos", afirmou.

Com a adesão de Portugal e Espanha, em janeiro de 1986, a CEE ficou a contar com 12 Estados-Membros. Atualmente a UE integra 28.

Acordo comercial UE-EUA: Parlamento Europeu adia votação do relatório sobre o TTIP

O Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, decidiu adiar a votação do relatório que contém recomendações à Comissão sobre as negociações em curso com os Estados Unidos sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), que estava agendada para amanhã. Ao abrigo do artigo 175 do Regimento do Parlamento Europeu, Schulz decidiu que as 116 alterações apresentadas ao relatório em sessão plenária devem ser examinadas pela comissão parlamentar do Comércio Internacional.

O presidente do Parlamento Europeu referiu que foram apresentados em sessão plenária mais de 200 alterações e pedidos de votação por partes e de votação em separado ao relatório de Bernd Lange (S&D, Alemanha) sobre o acordo de comércio e investimento entre a UE e os EUA. Schulz solicitou à comissão parlamentar do Comércio Internacional que se reúna para analisar essas emendas.

"Respeitamos a decisão do presidente Schulz e vamos continuar a trabalhar no relatório sobre o TTIP na comissão parlamentar do Comércio Internacional. Vamos utilizar este tempo adicional para tentar alcançar uma maioria estável. O Parlamento Europeu apenas poderá enviar uma mensagem robusta aos negociadores do TTIP se o nosso relatório for apoiado por uma ampla maioria", disse o presidente da comissão parlamentar e relator sobre o TTIP, o eurodeputado socialista alemão Bernd Lange.

O pedido de adiamento do debate sobre o relatório relativo ao acordo de comércio e investimento entre a UE e os EUA foi aprovado: 183 eurodeputados votaram a favor do adiamento do debate, 181 contra e 37 abstiveram-se.

Rússia: Parlamento Europeu condena lista negra e apela a plano de contingência face a Moscovo

O Parlamento Europeu condenou a lista negra que proíbe o acesso de políticos europeus ao território russo, considerando tratar-se de uma medida arbitrária e de um ato contraproducente e prejudicial aos já reduzidos canais de comunicação entre a UE e a Rússia. Num relatório aprovado em plenário, os eurodeputados dizem que a assistência financeira da Rússia a partidos políticos da UE deve ser monitorizada e que devem ser atribuídos fundos a projetos que visem fazer face à propaganda russa.

"Neste momento, devido às suas ações na Crimeia e no leste da Ucrânia, a Rússia não pode mais ser tratada como, ou considerada, um parceiro estratégico", diz o Parlamento Europeu (PE) num relatório sobre o estado das relações UE-Rússia, aprovado por 494 votos a favor, 135 contra e 69 abstenções.

Os eurodeputados pedem à UE que faça uma *"reavaliação crítica das suas relações com a Rússia"*, fortemente prejudicadas com a anexação ilegal da Crimeia e a desestabilização política dos seus vizinhos europeus, que constituem *"uma violação deliberada dos princípios democráticos, dos valores fundamentais e do direito internacional"*.

O Parlamento quer que a UE defina um plano de contingência para fazer frente às políticas *"agressivas e divergentes"* conduzidas por Moscovo e insta os Estados-Membros a absterem-se de relações e acordos bilaterais que possam prejudicar a unidade.

Os parlamentares solicitam, por outro lado, que a UE apoie os cidadãos russos que lutam pela democracia e pelo Estado de Direito no país, como defensores dos direitos humanos, bloguistas, meios de comunicação social independentes, académicos e ONG.

Lista negra é arbitrária e contraproducente

O PE condena a *"medida arbitrária"* de proibir o acesso de 89 políticos e funcionários da UE ao território russo, considerando que se trata de um *"ato contraproducente e prejudicial"* aos já reduzidos canais de comunicação entre a UE e a Rússia.

"Os políticos e funcionários da UE visados devem ser informados dos motivos pelos quais lhes é recusado o acesso ao território russo e dispor do direito de recurso dessa decisão perante um tribunal independente", diz o relatório.

Sanções até acordos de Minsk serem respeitados

As sanções à Rússia deverão ser reforçadas caso esta decida continuar a desestabilizar, direta ou indiretamente, a Ucrânia e a prejudicar a sua integridade territorial, diz o PE. As sanções deverão ser retiradas *"assim que a Rússia aplicar, de forma integral, as disposições dos acordos de Minsk"*, acrescenta.

Os eurodeputados relembram que estas medidas restritivas específicas não são dirigidas contra o povo russo, mas antes contra determinados indivíduos e empresas ligados à liderança russa.

Propaganda e desinformação russas

O PE solicita à Comissão que *"atribua sem demora financiamento apropriado a projetos concretos que visem fazer face à propaganda e à desinformação russas dentro e fora da UE"*.

A Comissão e os Estados-Membros devem também conceber um mecanismo para monitorizar a assistência financeira, política e técnica prestada pela Rússia a partidos políticos e outras organizações da UE, tendo em vista *"avaliar o seu envolvimento e a sua influência sobre a vida política e o debate público na UE e nos seus vizinhos do Leste"*.

O PE insta a Comissão a propor medidas legislativas que assegurem a plena transparência do financiamento dos partidos políticos na UE, em linha com as recomendações do Conselho da Europa, especialmente por agentes políticos ou económicos exteriores à UE.

A situação estratégica na bacia do Mar Negro do ponto de vista militar, na sequência da anexação ilegal da Crimeia pela Rússia, é analisada num outro relatório que vai ser debatido esta tarde e votado amanhã em plenário.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"A Relação da Rússia está hoje afectada por um conjunto de acções perpetradas pelo Estado russo que tiveram o seu expoente com a anexação ilegal da Crimeia, instigando um conflito armado às portas da Europa com consequências nefastas para o desenvolvimento social e económico da região e receios de escalada bélica e imperial. Somam-se a essas acções militares um conjunto de medidas legislativas internas restritivas da liberdade de expressão e perseguição de minorias que colocam em causa o espírito das boas relações de vizinhança entre a UE e a Rússia, não coadunáveis com os valores de Estado de Direito, Democracia e respeito das liberdades individuais. Apoio as sanções aplicadas à Rússia e considero que a UE deve manter a pressão em torno dos valores da Paz e da protecção dos Direitos Humanos e Liberdades essenciais"*.

"O Mar Negro é uma importante Fronteira Externa da União, uma vez que constitui a fronteira leste da Roménia e da Bulgária. Ora, em torno deste Mar estão também Turquia, a Geórgia (cujas regiões da Abkhazia tem vindo a registar uma crescente presença militar russa), a Rússia e a Ucrânia, incluindo a península da Crimeia - recentemente anexada pela Rússia, desafiando brutalmente a ordem internacional. No contexto das relações com a Rússia, o ponto de situação estratégico-militar desta região é evidentemente crucial. Sendo certo que as relações entre a Federação Russa e a UE e os seus Estados-Membros devem procurar soluções pacíficas e não o conflito, a UE deve manter-se firme, em articulação com a NATO, e assegurar segurança de um ponto de vista energético, marítimo, fronteiriço e, não menos importante, das pessoas nesta região".

Ana Gomes (S&D): *"A Rússia de Putin iniciou a agressão com a ocupação ilegal da Crimeia e prossegue-a no Donbas, não só contra a independência da Ucrânia, contra o direito internacional e a paz e a segurança globais."*

"Não queremos a guerra. Estamos e sempre estivemos abertos a dialogar e cooperar com Moscovo, apesar das listas negras de políticos europeus. Por isso, temos de aplicar sanções económicas, financeiras e outras, por muitos interesses económicos e outros que sejam afetados."

"Putin conta com desunião europeia. Troquemos-lhe as voltas. As sanções terão de ser reforçadas se a Rússia continuar a violar os acordos de Minsk. Mas importa direccioná-las. O povo russo já tem de aguentar a mordida e o aventureirismo impostos pelo regime autoritário de Putin. É fundamental que a UE apoie, política e financeiramente, defensores dos direitos humanos, bloguistas, meios de comunicação social independentes, académicos ou ONG, enfim, a sociedade civil independente na Rússia".

Francisco Assis (S&D): *"É indiscutível que o regime russo tem, infelizmente, evoluído num sentido cada vez mais autocrático, com desrespeito pelas liberdades individuais e desrespeito pela atuação das oposições e das minorias.*

Isso também contribui, em grande parte, para que, no plano externo, se assista a uma violação sistemática de alguns princípios elementares do direito internacional e, nessa perspectiva, as posições que a UE foi adotando ao longo dos últimos meses, com o apoio, aliás, das Nações Unidas, têm-se revelado as mais corretas e as mais adequadas.

Isso, contudo, não deve levar-nos a perder de vista a importância geopolítica do relacionamento entre a UE e a Rússia. Há pouco, alguém fez aqui referência à circunstância de estarmos a assistir a uma tendência para que a Rússia reforce as suas relações com a China e creio que, nesse plano, nós devemos ter algum cuidado na forma como abordamos a possibilidade de aumentarmos as sanções a aplicar à Rússia. Por um lado, devemos apoiar aqueles que na Rússia se batem pelos direitos humanos. Julgo que isso é absolutamente fundamental. Por outro, temos que ter alguma ponderação na forma como abordamos a questão russa em termos internacionais".

FIFA: Atribuição dos mundiais de futebol de 2018 e 2022 deve ser invalidada se se provar corrupção, diz Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu pediu à FIFA que escolha sem demora um presidente interino em substituição de Joseph Blatter e que leve a cabo reformas urgentes para acabar com a corrupção *"generalizada e sistémica"* no órgão dirigente do futebol mundial. Numa resolução aprovada em plenário, os eurodeputados dizem que a atribuição da realização dos campeonatos mundiais de 2018 e 2022 deve ser invalidada se surgirem provas de que essa atribuição resultou de atividades corruptas.

"A FIFA funcionou durante vários anos como uma organização inimputável, opaca e manifestamente corrupta", diz o Parlamento Europeu (PE), apelando a reformas radicais da estrutura e das práticas da FIFA e a uma política de *"tolerância zero"* relativamente à corrupção no desporto.

O futebol, o desporto mais popular no mundo, *"não pode ver a sua reputação manchada por esta cultura da corrupção, sendo necessário protegê-lo contra a situação atual vivida na FIFA e não deixar que esta o estigmatize"*, acrescenta o PE.

Um presidente interino para substituir Blatter

Os eurodeputados congratulam-se com a demissão de Joseph Blatter da presidência da FIFA e apelam à federação que escolha sem demora um presidente interino adequado. O futuro presidente da FIFA deverá ser eleito através de *"processos decisórios abertos, equilibrados e democráticos"*.

Mundiais de futebol de 2018 e 2022: anfitriões em causa?

A resolução sobre as recentes revelações de casos de corrupção a alto nível na FIFA, aprovada por larga maioria, sublinha a extrema importância do inquérito iniciado pelas autoridades suíças e norte-americanas sobre a decisão do Comité Executivo da FIFA de atribuir a realização dos campeonatos mundiais de futebol em 1998, 2010, 2018 e 2022 à França, à África do Sul, à Rússia e ao Qatar.

O PE saúda a declaração do responsável do Comité de Auditoria da FIFA no sentido de que *"a atribuição da realização dos campeonatos mundiais de 2018 e 2022 seja invalidada se surgirem provas de que essa atribuição resultou de atividades de corrupção"*. Todos os

funcionários envolvidos em irregularidades financeiras devem ser afastados e as decisões ligadas a atividades corruptas e criminosas devem ser revistas, diz a resolução.

Os eurodeputados manifestam também a sua preocupação com a situação dos trabalhadores migrantes no Qatar empregados na construção de infraestruturas para o Mundial de 2022.

Normas éticas para a FIFA e órgão de supervisão independente

A corrupção na FIFA "*é generalizada e sistémica e está profundamente enraizada*", sublinha o PE, apelando à realização de reformas radicais que abranjam os estatutos, a estrutura, os códigos e as políticas e práticas operacionais da FIFA, bem como a limitação dos mandatos.

Os eurodeputados instam a federação a adotar "*normas éticas rigorosas e um código de conduta para o seu pessoal dirigente e Comité Executivo*", que sejam controlados por um órgão de supervisão independente.

Maior cooperação na Europa contra corrupção nas federações de futebol

O PE pede à Comissão e aos Estados-Membros que tomem medidas para combater todo e qualquer indício de atos de corrupção cometidos por funcionários da FIFA ou das federações nacionais de futebol no território da UE. A cooperação policial na Europa deve ser reforçada através da constituição de equipas de investigação conjuntas e de uma maior cooperação entre as autoridades judiciais.

Os eurodeputados apelam também a medidas para combater outros crimes, em particular a viciação de resultados, que tem afetado muitos países europeus.

Desporto e direitos humanos

O PE insta todas as organizações desportivas internacionais a garantirem que todos os países candidatos a acolher grandes eventos desportivos respeitem, em todas as atividades relacionadas com a organização e a realização do evento, as normas internacionais em matéria de direitos fundamentais.

Os eurodeputados debateram os Jogos Europeus 2015 que se iniciam em Baku, capital do Azerbaijão, em 12 de junho, e a situação dos direitos humanos no país, onde estão presos muitos ativistas políticos e jornalistas. Os parlamentares querem que as federações desportivas coloquem o respeito pelos direitos humanos na lista dos principais requisitos para o acolhimento de eventos desportivos desta dimensão e projeção mediática.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): "*A integridade das organizações desportivas é importante, uma vez que tanto o desporto profissional como o desporto amador desempenham um papel fundamental na promoção da paz, no respeito dos direitos humanos e da solidariedade a nível mundial, trazem à sociedade benefícios para a saúde e para a economia e são essenciais na chamada de atenção para os valores culturais e educativos fundamentais, bem como na promoção da inclusão social.*

Infelizmente, durante vários anos a FIFA funcionou como uma organização inimputável, opaca e manifestamente corrupta e as recentes detenções confirmam que a fraude e a corrupção na FIFA são sistemáticas.

Apoio esta resolução pois considero necessário que a Comissão e os Estados-Membros tomem medidas para combater todo e qualquer indício de actos de corrupção cometidos por funcionários da FIFA ou das Federações nacionais de futebol no território da UE.

Por outro lado, a cooperação policial na Europa deve ser reforçada através da constituição de equipas de investigação conjuntas e de uma maior cooperação entre autoridades judiciais.

Considero igualmente fundamental que todos os países candidatos a acolher grandes eventos desportivos respeitem, em todas as actividades relacionadas com a organização e a realização do evento, as normas internacionais em matéria de Direitos fundamentais".

Ana Gomes (S&D): *"Corrupção e lavagem de dinheiro no futebol e noutros desportos não se limitam às linhas de campo e à prestação de jogadores e árbitros. Envolvem milhões associados a patrocínios, transferências de jogadores, direitos de transmissão, candidaturas a eventos desportivos, grandes construtoras e todas as federações desportivas do mundo.*

Clubes e eventos desportivos europeus vêm-se associando a governos corruptos e autocráticos que assim lavam dinheiro e compram a sua promoção na esfera internacional, ignorando direitos humanos dos trabalhadores que constroem infraestruturas e direitos inerentes a expropriações massivas para as construir.

Tudo isto com a cumplicidade, por ação e omissão, do sistema financeiro e de governos europeus. Valha-nos, por isso, o FBI e o Departamento de Justiça Americano que desmontaram algumas das teias da corrupção reinantes na FIFA, uma organização suíça há muito criticada pela falta de transparência e prestação de contas, isenta de supervisão governamental, de escrutínio e de regras de diligência exigíveis em grandes empresas.

A União Europeia tem de agir e de exigir a reforma na FIFA, com a criação de um comité independente de reforma composto por personalidades não pagas pela FIFA, ou associadas a ela, para que possam investigar e publicar recomendações concretas, incluindo rigorosa aplicação da nova diretiva anti-branqueamento de capitais. A reforma não pode vir da FIFA, que está descredibilizada. Parte da reforma tem de incluir transparência sobre gastos e despesas, incluindo códigos de conduta e mecanismos de escrutínio e sancionamento.

Se se confirmarem as suspeitas de corrupção na seleção da Rússia e do Qatar para os mundiais de 2018 e 2022, exigimos que os concursos sejam reabertos. A FIFA também tem de ser chamada a assumir responsabilidades para travar violações dos direitos dos trabalhadores envolvidos na construção das infraestruturas para aquelas competições".

Ordem do dia 08 a 11 Junho de 2015

Segunda-feira, 08 de Junho

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Taxa de ajustamento para pagamentos diretos no que se refere ao ano civil de 2015 - Relatório: Czesław Adam Siekierski (A8-0174/2015)

Estratégia da UE para a igualdade entre homens e mulheres pós-2015 - Relatório: Maria Noichl (A8-0163/2015)

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Direitos de propriedade intelectual em países terceiros - Relatório: Alessia Maria Mosca (A8-0161/2015)

Direitos de propriedade intelectual: um plano de ação da UE - Relatório: Pavel Svoboda (A8-0169/2015)

Terça-feira, 09 de Junho

09:00 - 11:20

Estado das relações UE-Rússia - Relatório: Gabrielius Landsbergis (A8-0162/2015)

11:30 - 12:00 VOTAÇÃO

Taxa de ajustamento para pagamentos diretos no que se refere ao ano civil de 2015 - Relatório: Czesław Adam Siekierski (A8-0174/2015)

Estratégia da UE para a igualdade entre homens e mulheres pós-2015 - Relatório: Maria Noichl (A8-0163/2015)

Direitos de propriedade intelectual em países terceiros - Relatório: Alessia Maria Mosca (A8-0161/2015)

Direitos de propriedade intelectual: um plano de ação da UE - Relatório: Pavel Svoboda (A8-0169/2015)

12:00 - 12:30 Sessão solene

Alocação de Tsakhia Elbegdorj, Presidente da Mongólia

12:30 - 14:00 Continuação da votação

15:00 - 21:00

Discussão conjunta - Alterações climáticas

Conclusão da Alteração de Doha ao Protocolo de Quioto - Recomendação: Elisabetta Gardini (A8-0167/2015)

Acordo entre a UE e a Islândia relativo à participação da Islândia no segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto - Recomendação: Giovanni La Via (A8-0166/2015)

Estratégia Europeia de Segurança Energética - Relatório: Algirdas Saudargas (A8-0164/2015)

Pacote «fronteiras inteligentes» - Declaração da Comissão

Relatório Anual de 2014 do Comité de Fiscalização do OLAF - Perguntas orais (O-000060/2015 - B8-0553/2015) (O-000061/2015 - B8-0554/2015) (O-000066/2015 - B8-0555/2015)

Quarta-feira, 10 de Junho

12:20 - 14:00 VOTAÇÃO

Conclusão da Alteração de Doha ao Protocolo de Quioto - Recomendação: Elisabetta Gardini (A8-0167/2015)

Acordo entre a UE e a Islândia relativo à participação da Islândia no segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto - Recomendação: Giovanni La Via (A8-0166/2015)

Adesão da Croácia à Convenção relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal - Relatório: Birgit Sippel (A8-0156/2015)

Adesão da Croácia à Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros - Relatório: Filiz Hyusmenova (A8-0157/2015)

Estado das relações UE-Rússia - Relatório: Gabrielius Landsbergis (A8-0162/2015) 5

Estratégia Europeia de Segurança Energética - Relatório: Algirdas Saudargas (A8-0164/2015)

Relatório Anual de 2014 do Comité de Fiscalização do OLAF - Propostas de resolução 6

Situação na Hungria - Propostas de resolução

Relatório de 2014 referente aos progressos realizados pela Turquia - Propostas de resolução

15:00 - 21:00

A situação militar estratégica na Bacia do Mar Negro, na sequência da anexação ilegal da Crimeia pela Rússia - Relatório: Ioan Mircea Pa cu (A8-0171/2015)

Situação no Burundi - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Revelações recentes sobre casos de corrupção ao mais alto nível na FIFA - Declarações do Conselho e da Comissão

Desporto, direitos humanos e Jogos Europeus de Bacu - Pergunta oral (O-000063/2015 - B8-0556/2015)

Quinta-feira, 11 de Junho

10:00 - 12:00

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Síria, a situação em Palmira e o caso de Mazen Darwish

Paraguai: aspetos jurídicos relacionados com a gravidez na infância

Situação no Nepal após os sismos

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

A situação militar estratégica na Bacia do Mar Negro, na sequência da anexação ilegal da Crimeia pela Rússia - Relatório: Ioan Mircea Pa cu (A8-0171/2015)

Revelações recentes sobre casos de corrupção ao mais alto nível na FIFA - Propostas de resolução